

Publique-se:

Porto Velho/RO, 05 de fevereiro de 2024.

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Presidente da CPLO/SUPEL/RO

Protocolo 0045694920

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2024/SUPEL-RO

Origem:	Pregão Eletrônico nº 586/2023		
Data da Homologação:	30/01/2024	Processo nº	0029.035926/2023-01
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Educação - SEDUC		
Órgão Gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

CLÁUSULA I - IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte fluvial de carga em geral, com execução por viagem/trecho, em embarcações fluviais, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC.

CLÁUSULA III - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador - Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA V - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93. Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado. A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado. Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput artigo 23B. Conforme disposto no § 4º do Decreto 25.969/2021, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados, por** razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual 18.340/2013.

Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo e local de entrega e recebimento do objeto, obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro e penalidades, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços, conforme o disposto no §1º do artigo 15 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

A detentora do registro fica obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

CLÁUSULA VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o **ANEXOÚNICO** desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

CLÁUSULA VIII - DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
------	---------------	---------------------	-------	-------	------------------	---------------------	-----------	-----------

0001	Locação de embarcação marítima/fluvial: Embarcação regional (casco de madeiro ou ferro) com o máximo de 35 (trinta e cinco) anos de fabricação, dimensões: comprimento igual ou superior a 22,00 (vinte e dois) metro e medida de boca máxima igual ou superior a 5,00 (cinco) metros, com porão e no mínimo 02 (dois) convés de espaços comerciáveis, capacidade igual ou superior a 70 (setenta), tonelada, para acomodação de mercadorias, contendo. - tripulação de acordo com a(s) norma(s) da autoridade marítima. - 01 (uma) Equipe de apoio para serviços de embarque da carga no porto de Porto Velho e o desembarque e transporte das cargas nos distritos, desde a margem do rio até a(s) unidade(s) escolar(es); - serviços de transporte e embarque de cargas partindo das unidades escolares e desembarque no porto de Porto Velho. - materiais e equipamentos para funcionamento da embarcação, permitindo a navegação diurna e noturna, em percursos por viagem de ida e volta, compreendendo ao trecho: Porto Velho/Distrito de São Carlos/Resex Lago do Cuniã (comunidade Silva Lopes de Araújo)/Distrito de Nazaré/ Distrito de Calama, conforme a disponibilidade hidroviária no período de locação das embarcações; - com o fornecimento de combustível, lubrificantes, ferramentas e peças de reposição e aditivos pelo contratado; - condições de operar a qualquer hora do dia ou da noite, finais de semana e feriados (nacionais, estaduais e municipais).	4,00	IDA/VOLTA	SERVIÇO	R\$ 76.750,91	R\$ 75.000,00	-2,28	J. M. SENA LTDA
------	--	------	-----------	---------	------------------	------------------	-------	--------------------

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	Telefone
------	--------------	----------	--------	---------------	----------

31.610.821/0001-73	J. M. SENA LTDA	AV. PRESIDENTE DUTRA, 1630 - BAIXA DA UNIÃO	PORTO VELHO - RO	JOSIANA MACIEL SENA	(69) 99262-3776 / (69) 99982-6238
--------------------	-----------------	---	------------------	---------------------	-----------------------------------

HAMILTON AUGUSTO LACERDA SANTOS JÚNIOR
Coordenador do Sistema de Registro de Preços/SUPEL
FABÍOLA MENEGASSO DIAS
Diretora Executiva/SUPEL
ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA
Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:
PAULA CRISTIANA FERREIRA DE MORAES

Protocolo 0045617178

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 139/2023/SUPEL/RO

A **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SUPEL**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 c/c os Decretos Estaduais nº. 12.205/2006 e nº. 18.340/2013, torna público que a licitação referente ao Pregão Eletrônico nº 139/2023, que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇO** para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, de acordo com as normas da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC para atender aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Rondônia, foi **HOMOLOGADA**, em favor da empresa: **R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA - CNPJ 06.955.770/0001-74** vencedora do item 01, conforme termo de adjudicação anexado aos autos do Pregão Eletrônico. Publique-se nos meios previstos em Lei.

Porto Velho/RO, 05 de fevereiro de 2024.

FABÍOLA MENEGASSO DIAS
Diretora Executiva/SUPEL

Protocolo 0045661601

SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS - SEFIN

ATO Nº 1/2024/SEFIN-GITEC

Porto Velho, 17 de janeiro de 2024.

Dispõe sobre o Cancelamento do Regime Especial de importação da empresa relacionada .
O COORDENADOR GERAL DA RECEITA ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando que para manter o regime especial ativo, o contribuinte deverá cumprir com regularidade todas as obrigações fiscais relativas à norma vigente, bem como, com as cláusulas pactuadas no Termo de Acordo;
Considerando que a situação cadastral vigente das inscrições estaduais do contribuinte estão "BAIXADA" desde o período de 2019 no CAD/ICMS;
Considerando que apesar das Inscrições Estaduais estarem baixadas eletronicamente, o Regime Especial permanece ativo no SITAFE;

R E S O L V E:

1. Cancelar o Regime Especial referente aos Termo de Acordos da empresa abaixo identificada:

CPF	INS ESTADUAL	RAZÃO SOCIAL	TERMO DE ACORDO	REG ESPECIAL
***.101.712-**	5488591	EUGÊNIO ODILON RIBEIRO	04/2022	05 - EXPORTAÇÃO INDIRETA
***.101.712-**	5488559	EUGÊNIO ODILON RIBEIRO	40/2022	05 - EXPORTAÇÃO INDIRETA
***.101.712-**	5355010	EUGÊNIO ODILON RIBEIRO	54/2022	05 - EXPORTAÇÃO INDIRETA

2. O cancelamento dos Regimes Especiais de que trata este Ato não prejudica a tomada de outras medidas fiscais cabíveis.
3. Este Ato entra em vigor após na data da publicação no DIOF/RO.